



CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Trabalho de Conclusão de Curso

**FOI COM LUTA! AS MOBILIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA FRENTE
À PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS**

Tiago Bitencourt Vergara

Sindicato do Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região
SINERGIA SC

Orientadora: Profa. Flávia Braga Vieira (UFRRJ)

Rio de Janeiro

Julho de 2022

INTRODUÇÃO

O presente artigo estuda a luta contra a privatização da Eletrobras no período de 2016 a 2022 quando a empresa foi de fato privatizada. A trajetória de luta dos eletricitários brasileiros, em especial dos oriundos das empresas do sistema Eletrobras, é importante ser documentada e relatada.

A descrição cronológica dos principais fatos políticos, em nível nacional, será descrita nos capítulos a seguir com intuito de estabelecer as conexões entre os fatos e acontecimentos políticos, necessários para compreender o período histórico a partir da realidade.

Neste sentido e deste ponto de vista, os eletricitários efetuaram várias lutas, em todos os campos, no campo político institucional, jurídico, dialogando com a conjuntura política de cada tempo e com pouco recurso financeiro e material. Para isso foi decisiva a unidade dos eletricitários e o apoio de diversas outras entidades de classe, bem como movimentos sociais, partidos políticos no intuito de defender o patrimônio do povo brasileiro do neoliberalismo que escraviza e traz miséria para nossa nação.

A luta política da conjuntura de cada ano, onde havia perseguição dos principais quadros nacionais defensores da nossa soberania como a presidenta Dilma em um primeiro momento e, na sequência, o ex-presidente Lula, faz parte deste conjunto de ações no sentido de preservar a nossas riquezas e a nossa soberania nacional no período de 2016 a 2022. A contextualização histórica do impeachment sem crime de responsabilidade sofrido pela presidenta Dilma, e do *Lawfare*¹ sofrido pelo ex-presidente Lula, culminando com o seu encarceramento, sem ter havido provas dos eventuais crimes que teriam sido por ele praticados, também fazem parte da análise crítica deste estudo e do modo como o sistema procura derrotar seus adversários para atingir seus objetivos econômico-financeiros.

O presente artigo traz também uma contextualização histórica da indústria da energia elétrica no Brasil, desde os primórdios até os tempos atuais, suas fases a partir do estudo dos escritos do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Outro ponto importante de destaque neste estudo é o contexto em que se deu as privatizações dos anos 1990, com seus atores, efeitos e principais

1 Lawfare é uma palavra que significa o uso do direito como arma de guerra.

consequências para o povo brasileiro, estudo este, realizado com pesquisa em diversos documentos históricos, como o livro *Da Privatização ao Apagão*, da companheira Maria Margarida Barbosa Sampaio, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região (SINERGIA-SC), bem como os escritos do Movimento de Atingidos por Barragens.

A trajetória, crescimento e desenvolvimento promovidos pelos governos Lula e Dilma no setor elétrico brasileiro no período que compreendeu de 2003 a 2015, também é descrita com o objetivo de identificar os principais fatores que fazem com que a elite brasileira tenha necessidade da retomada do poder no país, mesmo que descumprindo as regras do Estado Democrático de Direito para conquistar seus objetivos.

Também foram pesquisados os documentos existentes no Congresso Nacional, nas publicações oficiais das tramitações das Medidas Provisórias e Projetos de Lei, bem como consultas à Constituição Federal, normativos, resoluções. Foram consultados também documentos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como realizadas entrevistas com companheiros e companheiras de luta para completar os detalhes que faltavam a este humilde estudante. Durante este processo, pude perceber claramente a luta de classes por dentro da ordem, como diria Florestan Fernandes, dentro das instâncias do estado e através dos nossos representantes parlamentares.

1. INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

Conforme VAINER; VIEIRA (2005, p. 21 a 26), de 1889 a 1930, marcou o paraíso das companhias estrangeiras no Brasil. Na proclamação da república, a economia brasileira dependia de exportações, como café e borracha. A exportação destes produtos primários possibilitou a modernização de atividades urbanas.

A primeira instalação de energia elétrica ocorreu em 1879 no Rio de Janeiro, com a instalação de seis lâmpadas na Central do Brasil. Em 1883, foi inaugurado o primeiro serviço público de iluminação da América do Sul. Foi neste ano também a primeira utilização de energia hidrelétrica, em Minas Gerais, nas proximidades de Diamantina, utilizada na extração de diamantes.

Em 1889, outra usina entrou em operação, com capacidade de 250 KW com intuito de abastecer uma indústria têxtil e iluminação local. Em 1900, surgem as primeiras concessões de energia elétrica no Brasil, sendo as mais rentáveis sendo monopolizadas pela Brazilian Traction e Light and Power Company. De 1889 a 1905 a Light se expandiu de São Paulo até o Rio de Janeiro com iluminação, bondes elétricos, gás e telefonia. No Rio de Janeiro, em 1909 entrou em operação a usina Fontes, com 24 MW, uma das maiores do mundo no seu tempo.

A Light chegou a 700 MW de geração até 1930, correspondendo cerca de metade da capacidade de geração do país. Fora do Rio São Paulo, foi a Amforp que dominou as concessões mais importantes, com início de operação no Brasil em 1927, tendo adquirido várias empresas nacionais. Até 1930 os contratos eram firmados diretamente por estados e municípios com as empresas concessionárias, sem grande intervenção do estado brasileiro. Existia uma cláusula que garantia aumento da tarifa sempre que a moeda brasileira sofresse desvalorização. Após 1930, com a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, houve uma preocupação maior do estado na política energética brasileira.

Em 1933 houve a extinção da cláusula-ouro e em 1934 o lançamento do Código de Águas. Com isso, a propriedade dos rios passava a ser de propriedade dos municípios, estados e União e determinando que o uso mais importante fosse para o abastecimento humano. Já a propriedade das quedas d'água, passava a ser de propriedade da União e a sua utilização dependia de concessão desta pelo prazo máximo de 30 a 50 anos. A tarifa deixou de ter vínculo com o valor da moeda e passou a ser definida pelo custo de operação e valor histórico de investimentos e o estado passou a ter o poder de concessão e fiscalização. Estas alterações colocaram em movimento as grandes empresas privadas, que passaram a controlar parte do judiciário e legislativo. Havia a “bancada da Light” no parlamento, revistas, jornais e candidatos submetidos ao imperialismo que eram controlados pela Light.

Neste período, houve falta de investimento, muito envio de dinheiro para o exterior e com o crescimento das grandes cidades e início da industrialização, a crise de abastecimento se instalou nas cidades, agricultura e indústria, bem como bairros pobres. Em 1954, no seu segundo governo, Getúlio tentou instalar um Plano Nacional de Eletrificação e a criação de um Fundo Nacional de Eletrificação, alimentado com um imposto a ser cobrado nas contas de luz para alimentar esse fundo.

Os planos de Vargas eram boicotados pelas grandes empresas, dentro do parlamento, com juízes e advogados que garantiam o desrespeito da lei. Entre 1962 e 1990, houve uma forte implantação em usinas hidrelétricas no país. Em 1945 foi criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para operar a usina de Paulo Afonso com 180 MW. Em 1957, foi criada a Central Elétrica de Furnas S.A.

Nesta etapa, dava-se a falência do modelo privado, tendo no Rio Grande do Sul, sido criada a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para operar a usina Passo do Inferno com 1.4 MW de potência. Entre 1953 e 1960, foram criadas as companhias estaduais nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, e Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amapá, Maranhão, Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Em 1960 é criado o Ministério de Minas e Energia e em 1962 a Eletrobras, prevista na legislação desde 1954. Este período marca o início das estatizações no Brasil, continuadas pelo regime militar a partir do golpe de 1 de abril de 1964. Em 1979 é estatizada a Light São Paulo sendo de controle do estado de São Paulo. A Eletrobras se consolida com a criação da Eletronorte (1973) e Eletrosul (1968), Furnas e Chesf que já existiam. Com a crise do petróleo de 1973, os países centrais passam a ocupar os países periféricos ricos em energia, com suas indústrias e o Brasil passou a ser exportador de eletro-intensivos. Neste momento, as decisões da política energética eram tomadas nos quartéis, sem qualquer debate público, entre as quais a decisão de que Tucuruí subsidiaria a indústria de alumínio.

Este subsídio, a partir de 1989, seria por 20 anos a quatro multinacionais o montante acima de US\$ 1 bilhão enquanto cerca de 20 milhões de brasileiros permaneciam sem acesso à eletricidade. No meio rural um terço das propriedades recebiam energia elétrica e as pessoas atingidas pelas barragens eram expulsas de suas propriedades de forma violenta e sem ressarcimento justo.

O modelo militar de grandes hidrelétricas e sem consulta à sociedade aprofundou as desigualdades sociais, regionais, produziu ocupação violenta dos territórios, destruição dos recursos ambientais, empresas estatais servindo aos interesses de grandes grupos nacionais e estrangeiros. Este modelo foi financiado pelo Banco Mundial que desde 1944 até 1993, ajudou a construir mais de 600 barragens em 93 países, emprestando US\$ 58 bilhões, promovendo e financiando o desenvolvimento através de regimes autoritários.

2. OS ANOS 1990 E AS TENTATIVAS DE PRIVATIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

Conforme VAINER; VIEIRA (2005, p. 27 e 28), a partir de 1990, houve a adoção de um modelo neoliberal pelas instituições que estão a serviço do capital internacional, promovendo chantagem utilizando a dívida externa dos países devedores. O Consenso de Washington pregava a privatização, redução dos gastos públicos, liberalização comercial e a prioridade para o pagamento da dívida. A submissão da burguesia interna no Brasil aos interesses internacionais passa a abdicar da soberania nacional nos governos dos partidos PSDB-PFL-MDB, entregando ao Banco Mundial a economia do país. A lei 8.301 de 12 de abril de 1990 institui o Programa Nacional de Desestatização, iniciando pelo governo Collor sendo mantido por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Inicia-se então a era das privatizações, com a venda da Escelsa em julho de 1995. Em 1997 é criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para regular o novo modelo do setor elétrico brasileiro.

Conforme VAINER; VIEIRA (2005, p. 27), as empresas estatais foram então utilizadas como instrumento de corrupção e cabides de empregos, sendo desmoralizadas. Entre 1980 e 1998, os investimentos caíram de US\$ 13,9 bilhões para US\$ 6 bilhões nas empresas estatais, a fim de respeitar acordos com o Fundo Monetário Internacional. Foi contratada uma empresa a Coopers & Lybrand para tratar do novo modelo, que incluía a volta da cláusula ouro modificada pela cláusula dólar, onde os preços da energia foram indexados em dólar. A partir deste período, inicia a privatização da energia elétrica juntamente com a água com a proteção de novas leis. Este processo vem acompanhado de ataque às conquistas sociais alcançadas nos anos 80 e 90.

A luta dos dirigentes sindicais, até o governo Itamar, se baseava na resistência ao governo Collor, que havia aberto as portas das privatizações. Ali se iniciou a luta contra a privatização. Depois, com o governo Itamar, pensou-se ser um momento de descanso. Mas o que ocorreu foi a gestação do governo Fernando Henrique, com a estabilização da moeda e controle da inflação no Brasil.

O governo brasileiro começa então a caminhada das privatizações, de acordo com SAMPAIO (2021, p. 173) em 1992, com a criação do PND (Programa Nacional de Desestatização), as empresas do setor elétrico são inseridas neste programa. Em 1990, enquanto senador, Fernando Henrique Cardoso aprova as leis 8987/95 e 9074/95, regulamentando o regime de concessões, privilegiando o direito dos concessionários (que seriam privados futuramente) em detrimento dos consumidores.

A primeira empresa a ser privatizada neste período é a Escelsa em junho de 1995. Em abril de 1996 ocorre a privatização da Light e em novembro do mesmo ano a CERJ, passando a ser controlada por empresas chilenas. As direções da CELESC em Santa Catarina e Eletrosul continuam as reformas administrativas gestando a privatização das empresas. Entre estas reformas, destacam-se as medidas de controle sindical, reforma previdenciária e aumento das terceirizações. Em 1996, o SINERGIA SC se organiza para enfrentar a privatização, tendo realizado planejamento específico para este fim e designado alguns diretores para compor o núcleo de resistência.

Em novembro de 1997 nasce em Santa Catarina o MUCAP (Movimento Unificado Contra as Privatizações) e sua primeira ação é impedir a realização da Assembleia Geral de Acionistas na Eletrosul que pretendia cindir a empresa em duas, uma de geração e outra de transmissão. Em dezembro de 1997, são marcadas duas assembleias de acionistas em Florianópolis, uma na Casan (22/12) e outra na Eletrosul (23/12). Os dirigentes do MUCAP se dividem para barrar as duas assembleias. Houve enfrentamento judicial e de ocupação da Eletrosul, mas no dia 24 a empresa consegue realizar a assembleia dividindo a empresa em duas, Gerasul e Eletrosul que ficaria com a transmissão. No dia 30, com poucos dirigentes, o MUCAP consegue ocupar a assembleia da CASAN impedindo assim a realização da mesma. A partir de 1998 o governo intensifica a privatização da Gerasul, implementando assim a política neoliberal. A intenção inicial do governo era de privatizar Furnas, mas o fato não se concretiza com a resistência da sua direção. O governo passa a focar então a Eletrosul, cuja direção não mede esforços para realizar o intento.

Em 15 de setembro de 1998 é privatizada a Gerasul detentora das usinas hidrelétricas de Salto Santiago com 1.420 MW, Salto Osório com 1.078 MW e Passo Fundo com 226 MW de potência instaladas além das térmicas do Complexo Jorge Lacerda com 857 MW, Alegrete com 66 MW e Charqueadas com 72 MW de potência instaladas.

De 1997 a 1999 houve uma redução de 40% dos trabalhadores da Gerasul, agora propriedade da Tractebel Energia. Em outras partes do país, também ocorrem investidas do capital. A Telebrás é vendida em 29 de julho de 1998, sem nenhuma articulação de resistência.

A privatização do setor elétrico no Brasil, na década de noventa, se intensificou também nas distribuidoras de energia estaduais. Este processo significou em todos os casos ao longo dos anos, a piora dos serviços, a precarização das condições de trabalho, demissões nas empresas privatizadas e a piora no tratamento dos atingidos pelos empreendimentos de geração e transmissão. Este processo além de saquear o povo brasileiro, levando os ativos construídos ao longo de décadas, ainda piora as condições de trabalho e de tratamento com as pessoas atingidas pelas barragens.

3. ANOS 2000: CONQUISTAS SOCIAIS QUE INCOMODAM A BURGUESIA

De acordo com MERCADANTE, A., ZERO, M. (2018, p. 19) os governos do PT promoveram uma mudança na forma de desenvolvimento econômico no Brasil. O centro deste desenvolvimento foi a geração de empregos e ascensão dos mais pobres, reestruturando as estatais e realimentando a cadeia de crescimento. O fator do desenvolvimento ocorrido entre 2002 e 2015 foi um amplo mercado interno de consumo. Este consumo estava represado na miséria e pobreza extrema em que se encontravam as famílias em 2002, representando 60% do PIB neste período. As contribuições para o PIB das exportações, somente foram significativas entre 2001 e 2005.

O salário mínimo cresceu 77% em 12 anos, tendo sido gerados 23 milhões de empregos formais. O auge da geração de empregos foi em 2014, quando foi registrado 4,8% na taxa de desemprego, considerado período de pleno emprego. Foram implementadas políticas de transferência de renda como a Bolsa Família, que em 2015 atingia 13,9 milhões de famílias, 17 milhões de crianças e adolescentes, com controle da frequência escolar, onde 9 milhões tinham acompanhamento de saúde, contribuindo para a diminuição de 58% da desnutrição e 46% na diarreia. Também neste período 36 milhões de pessoas deixaram a extrema pobreza e erradicou-se a fome no Brasil, tendo o PIB per

capita aumentado de 6% (antes de 2003) para 30% entre 2003 e 2013 (MERCADANTE, A., ZERO, M. (2018 p. 20).

Na área de energia, houve forte crescimento. A capacidade instalada da indústria de energia elétrica no Brasil, conforme GGN (2014) era em 2002 de 80,3 GW com uma parcela considerável proveniente de Itaipú. Em 2004 a geração chegou a 90,8 GW em 2007 era de 100,4 conforme ANUÁRIO ESTATÍSTICO (2011 pg. 5). No período que inicia com a eleição de Lula para presidente do Brasil em 2002, houve um fortalecimento do setor elétrico, na geração e transmissão. Já em 2007, houve o leilão de energia da Usina de Santo Antônio com 3.150,4 MW de potência ANEEL (2007), seguida da Usina de Jirau em 2008 com 3.300 MW ANEEL (2008) . Em 2009 foi a vez de Belo Monte 11.233,1 MW ANEEL (2009), sendo esta a maior usina hidroelétrica do país totalmente nacional. Esta construção dava continuidade aos conflitos ambientais e sociais decorrentes de grandes empreendimentos hidrelétricos, mesmo tendo sido reduzido dos 1.225 km² de área alagada para 478 Km².

A entrada em operação de Belo Monte ocorreu em 2016, com a primeira unidade geradora e assim sucessivamente até o ano de 2019 quando começa a operar a unidade geradora 18. Entre 2002 e 2016, período governado por Lula e Dilma, o setor elétrico brasileiro cresce de 80,315 GW para 150,338 GW de potência instalada, coerente com o crescimento econômico percebido no país que foi de US\$ 508 bilhões em 2002 para US\$ 1,796 trilhões em 2016.

Ao todo, foram 37 leilões de comercialização de energia e a construção de 57 mil Km de novas linhas de transmissão neste período. Também foi implementado o programa Luz Para Todos que executou 3,3 milhões de novas ligações de energia elétrica nas casas, beneficiando 15 milhões de pessoas.

Desde 2003 nós ligamos 15 milhões de habitantes que, no século XXI, não contavam com energia elétrica. Ainda falta cerca de 1 milhão. Nós vamos perseguir a melhora nessa avaliação. (Apud NASSIF 2014, José da Costa Carvalho Neto)

Conforme (MACHADO apud DIEESE), mesmo com a melhoria nas condições de vida dos brasileiros, o preço da energia elétrica no Brasil é alto e começa a subir a partir das privatizações dos anos 90. Estes incrementos permanecem durante o período Lula e Dilma por que o modelo de setor elétrico não foi estruturalmente alterado. Os leilões de energia mantiveram estáveis os preços do custo da energia entre 2003 e 2014, mantendo o pilar da modicidade tarifária e a energia elétrica ficando em torno de R\$ 250 médios

(corrigidos pelo IPCA). Já o preço final, para o consumidor, com a continuidade do modelo de mercado, temos o incremento da conta de luz desde o início das privatizações nos anos 1995. Por exemplo, de 1995 a 2020 a inflação da energia elétrica foi de 1.020,09% enquanto a inflação geral foi de 458,28%, portanto subiu duas vezes mais que a inflação em geral de acordo com o IBGE. Este fato se dá por que a partir de 1995 iniciou-se um processo de privatização do setor elétrico brasileiro. Parte significativa da geração da era da Eletrobras e parte na mão do setor privado, com exceção da CELESC, COPEL e a CEMIG. As promessas privatistas eram que o setor seria mais concorrente, com melhoria de qualidade, diminuição de preço, o que não foi cumprido, pois a energia dobrou de preço e hoje no Brasil temos a energia mais barata em termos de custo de produção e a segunda maior tarifa no mundo para os consumidores. Alguns fatores são decisivos para que isso ocorra. Até 1995 a conta de luz era definida pelo custo da geração e distribuição. Com a privatização houve mudanças e hoje são pagas estruturas que não existiam. Se paga na conta de luz o lucro das empresas por exemplo. Segundo o Economática de 2010 a 2017 as empresas do setor elétrico distribuíram R\$100 bilhões em dividendos. Passaram a distribuir quase a totalidade dos lucros na forma de dividendos. É o segundo setor que mais pagou dividendos no país, atrás dos bancos. O mercado de energia elétrica também é bancado pela conta de luz, existem hoje agências que compram barato e vendem caro a energia, dentro do mercado de energia. Esse incremento vai parar na conta de luz. Estes impactos não foram tão fortemente percebidos, por que houve valorização real do salário mínimo em 77% nos governos do PT, com desemprego caindo cada vez mais chegando ao ápice de 4,8% em 2014.

Dentro deste cenário, a partir de 2013, ocorreram diversas manifestações de rua pelo país, com intuito de melhorar ainda mais as condições de vida dos brasileiros. Estas manifestações iniciavam com a pauta das tarifas de ônibus e passaram a incorporar diversas outras pautas. Neste momento, as elites brasileiras, encontraram as condições ideais para se apropriar do movimento e iniciar uma escalada golpista contra os governos do PT. Com a perda das eleições em 2014 pelo candidato Aécio Neves, do PSDB, que não reconhecendo a vitória de Dilma, prometeu uma escalada golpista nos meses que se seguiram, empoderaram a oposição derrotada para dar o golpe. Aos poucos vários opositores ao governo foram se aliando para a sua derrubada. Desde setores médios, incomodados pela ascensão da classe trabalhadora até a classe política, incomodada com o

avanço das investigações sobre a direita brasileira, fortaleceram a ideia da queda de Dilma Rousseff. A fala mais marcante deste período foi do então senador Romero Jucá, que proferiu: “É preciso estancar a sangria com um grande acordo nacional, com supremo com tudo”.

Formaram-se assim as condições para a queda de Dilma em abril de 2016, trazendo ao governo seu vice-presidente, Michel Temer, alterando toda agenda adotada até então, de fortalecimento das estatais para uma agenda de enfraquecimento e privatização das estatais brasileiras, inclusive do setor de energia elétrica.

Em 2 de Dezembro de 2015, o presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, aceitava a denúncia por crime de responsabilidade da presidenta Dilma. A denúncia havia sido apresentada em outubro de 2014 por Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior. Após passar pela comissão formada para analisar a admissibilidade, o relatório foi enviado para o plenário, onde seria votado no dia 17 de abril de 2016, em um domingo, sendo admitido e posteriormente enviado ao senado por 367 votos a favor e 137 contra. No senado, o afastamento foi votado no dia 11 de maio, o senado federal, que aprovou por 55 votos favoráveis e 22 contrários. Assumia neste momento de forma interina o vice-presidente Michel Temer até o final do processo.

Em 12 de maio, Michel Temer nomeou para o Ministério de Minas e Energia o senhor Fernando Coelho Filho. A Diretoria da Eletrobras e de suas subsidiárias, passou toda por um processo de substituição, tendo sido colocados pessoas ligadas aos opositores de Dilma.

4. A PARTIR DE 2016: LUTAS SOCIAIS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

O governo Temer não perdia tempo, a previsão do Ministro da Economia Henrique Meirelles em julho de 2016 era que o futuro governo Temer arrecadaria ainda em 2017 entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões com as privatizações. Essa fala ocorreu ainda antes da votação definitiva do impeachment de Dilma, MEIRELLES, (2016).

Na narrativa ideológica para justificar a privatização da Eletrobras, estava a falta de capacidade de investimento. Esse discurso ideológico se desmanchava quando eram

apresentados os dados nas inúmeras audiências públicas realizadas, com a participação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). A Eletrobras havia investido em média R\$ 10 bilhões por ano entre 2003 e 2015 e em 2016 possuía R\$ 14 bilhões em caixa.

Em abril de 2016, era criada a primeira frente parlamentar para defesa do setor elétrico brasileiro, com vistas a defender a Eletrobras e suas subsidiárias da privatização. Esta frente parlamentar tinha como presidenta a deputada federal Erika Kokay do Distrito Federal e chamava-se Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro. Posteriormente foi alterado o nome para Frente Parlamentar em Defesa das Estatais. “A primeira audiência pública foi ainda em 2016 e fazia o debate sobre a possibilidade da venda das usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), ANTESANA (2022).

Desta forma, em 27/6/2016 Michel Temer, reunido com os principais ministros do seu governo pronunciou: “Senhores, tudo que puder ser transferido à iniciativa privada, façam. Não temos preconceitos!” TEMER (2016). Esta afirmação mostrou claramente a mudança de postura em relação ao governo Dilma que era de fortalecimento das estatais. Em 21 de agosto de 2017, Michel Temer anunciou via nota ao Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) a redução da participação do governo no capital social da Eletrobras. Este programa foi lançado através da Medida Provisória a MP 727/16 de 27 de maio de 2016, que passou a valer como lei até ser aprovada e convertida na Lei 13.334/16, em 13 de setembro, que previa e normatizava as privatizações para o próximo período.

O afastamento definitivo da presidenta Dilma ocorreria somente em 31 de agosto de 2016 no senado federal. No mesmo dia, o vice-presidente foi empossado presidente da república. O próximo fato político importante na luta contra as privatizações no Brasil seria a condenação do ex-presidente Lula, em primeira instância no dia 12 de julho de 2017, quando o então juiz Sergio Moro proferiu a sentença.

Em 1 de novembro do mesmo ano, através de Decreto, 8.893/16, Michel Temer coloca como prioridade o setor de energia elétrica e a venda de seis distribuidoras da Eletrobras, Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre, Ceal, Cepisa e a Ceron. Estas deveriam ser vendidas em leilões no segundo semestre de 2017 e 2018.

Em fevereiro de 2017, o Coletivo Nacional dos Eletricitários reunia-se para planejar a luta anual, tendo como foco neste ano a luta em defesa das distribuidoras do projeto de privatização.

A Eletrobras em 2017, internamente aprovara o seu Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2017-2021 (PDNG 2017-2021), que previa a redução de 50% do número total de trabalhadores até 2018. Neste plano, havia a proposta de privatização das suas distribuidoras.

Com a presidência do país nas mãos, os ministérios de Minas e Energia e Economia, com as diretorias da Eletrobras e subsidiárias indicadas, alterações substanciais na legislação e plano de negócios da Eletrobras, o mercado financeiro, bancos e fundos de investimento, através de seus lobistas, abriam caminho para a privatização da maior empresa de energia elétrica da América Latina, a Eletrobras.

Em 5 de julho de 2017 anunciada a consulta pública 33 e em seguida foi realizado planejamento do Coletivo Nacional dos Eletricistas, tendo sido realizado em 8 de agosto de 2017. No dia 21 de julho, o governo federal anuncia oficialmente através da Voz do Brasil a intenção de vender a Eletrobras através do processo de *Follow On*². Em 8 de agosto de 2017 foi realizada reunião de planejamento da defesa do setor elétrico nacional, em Brasília. As contribuições para a consulta pública deveriam ser encaminhadas até o dia 31 de agosto.

A Consulta pública 5 de julho de 2017, edita a consulta pública 33, com vários pontos trazendo uma minirreforma do setor elétrico. Entre as partes do texto básico, havia a repactuação do risco hidrológico. Parte disso era pegar as usinas da MP579/2012 e privatizar uma por uma realizando o processo de descotização. Nesta consulta pública a ANEEL apresentou documento apontando aumento de 16,7% de aumento de energia elétrica. (COSTA, 2022)

A FIESP também se pronunciou, dizendo que haveria incremento de R\$ 460 bilhões em 30 anos nas contas de luz dos brasileiros FIESP (2018). Neste momento ficou institucionalmente admitido que a privatização do setor elétrico produziria efeito no aumento das contas de luz dos brasileiros, tendo sido o único momento em que uma instituição atestou oficialmente este efeito. A questão do aumento das contas de luz dos brasileiros foi escondida dos brasileiros pelo modo de produção capitalista para que não houvesse rejeição ao processo de privatização. Esta é uma característica da ideologia: esconder a realidade para manter a lógica de funcionamento do sistema.

Em 29 de agosto de 2017, foi fundada a primeira frente parlamentar por empresa subsidiária, a Frente Parlamentar em Defesa da Chesf, presidida por Danilo Cabral do PSB de Pernambuco. Em 31 de outubro de 2017, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em

2 Follow On é a oferta de ações subsequente a abertura de capital de uma empresa na bolsa de valores.

defesa de Furnas, com a maior coleta de assinaturas, ao todo foram 402 parlamentares da câmara dos deputados e 50 parlamentares do senado. Em 29 de novembro de 2017 era lançada a Frente Parlamentar mista em defesa da Eletronorte, presidida pelo deputado federal Zé Carlos do PT MA. Esta frente era presidida pelo deputado Leonardo Quintão, do MDB de MG. Em 30 de novembro, foi a vez do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletrosul, presidida pelo deputado federal Pedro Uczai do PT-SC. Em 2018, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em defesa da Eletrobras, presidida pelo deputado federal Henrique Fontana do PT-RS. A coleta de assinaturas era realizada pelos dirigentes sindicais do CNE, em Brasília, na frente de luta do Congresso Nacional.

Em 3 de outubro de 2017, ocorreu um ato em frente a Petrobras no Rio de Janeiro em defesa da soberania nacional, com caravanas de Minas Gerais e Distrito Federal. Nesta caravana, os movimentos sociais, dirigentes da CUT, MST, Levante Popular da Juventude, MAB e trabalhadores e trabalhadoras eletricitários. A concentração ocorreu em frente a Eletrobras, com marcha até a sede da Petrobras do Rio de Janeiro.

Iniciava então a batalha da primeira tentativa de privatização da Eletrobras que ocorreu ainda em 2017, quando o governo Michel Temer editou a Medida Provisória 814/17. Esta MP814/17 foi apresentada no dia 29 de dezembro de 2017, às vésperas das comemorações de ano novo, quando ocorria formalmente a intenção de privatizar a Eletrobras.

A esta MP foram oferecidas 158 emendas, demonstrando que se tratava de um assunto polêmico e longe de ser consenso. Dentre estas emendas, destaca-se na luta contra a privatização a emenda número 01, apresentada pelo senador José Pimentel (PT) que tratava da supressão do inciso I do artigo 3º da MP. Este inciso pretendia revogar o §1º do art. 31 da Lei nº 10.848, de 2004, que tratava da retirada das empresas, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, Furnas Centrais Elétricas S/A, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE e Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE do Programa Nacional de Desestatização (PND). Ao todo, os deputados e deputadas combatentes do projeto de privatização da Eletrobras, apresentaram 57 emendas. Estas emendas tratavam de diversos temas, desde defender as empresas subsidiárias da Eletrobras de forma regionalizada,

como da retomada do controle pelo estado das subsidiárias privatizadas. Houve também a tentativa de propor consulta popular para retirar a Eletrobras e suas subsidiárias do PND.

Em 8 de fevereiro de 2018, era lançada a Frente Parlamentar em defesa das distribuidoras da Eletrobras, presidida pelo deputado Moisés Dinis do PCdoB do AC, com vice-presidente Paulão. Neste mesmo dia, ocorreu a AGE que determinou a liquidação das distribuidoras, no shopping ED, sede da Eletronorte. Num primeiro momento, a assembleia foi impedida de ser realizada, pelos dirigentes sindicais, através da ocupação da sala onde ocorreria a reunião, prevista para acontecer às 14h. Parte dos militantes ocupou o auditório por dentro, impedindo a entrada das pessoas dos participantes da assembleia. Porém, a assembleia foi conduzida por telefone, para surpresa de todos e todas. Na parte de fora do prédio, ocorria forte mobilização com participação do MST e MAB.

Nos dias 11 de junho de 2018, os eletricitários de todas as empresas do sistema Eletrobras entraram em greve contra a privatização. A greve durou três dias, tendo sido encerrada por decisão judicial. A partir deste momento, conforme esta decisão judicial, os trabalhadores não poderiam mais realizar greve chamada pelo juiz de “greve ideológica”, tendo essa decisão sido muito importante para o sucesso da privatização da Eletrobras que ocorreria em 2022.

Em 9 de maio de 2018, foi emitido parecer da MP 814/17 pela comissão mista que era presidida pelo senador Eduardo Braga e foi relatada pelo deputado Julio Lopes. O relator admitiu a Medida Provisória, tendo considerado os requisitos constitucionais de admissibilidade com os argumentos de necessidade de resolver os requisitos para desestatização das distribuidoras que travava o decreto 9.192/17 e também um reembolso de R\$ 3,5 bilhões pela União para pagamento de despesas dos sistemas isolados. Aqui, pode-se perceber a pressa e fome pela desestatização claramente apontada já na admissibilidade da MP814/17.

Após várias articulações políticas, de resistência ao processo, dentro da câmara dos deputados e no senado federal, no dia 7 de junho de 2018, a mesa diretora da câmara dos deputados comunicava o término do prazo integral da vigência da MP 814/17, configurando assim a primeira grande vitória da luta contra a privatização da Eletrobras.

A segunda tentativa de privatização da Eletrobras ocorreu em 2018, quando Michel Temer enviou à câmara dos deputados o PL 9463/18. Desta vez, o governo tratou de realizar a privatização por projeto de lei, mudando a forma de tramitação e apostando

numa vitória a partir da base aliada. O projeto foi apresentado no dia 22 de janeiro de 2018, ano eleitoral, sinalizando ao mercado o compromisso com a agenda de privatização em troca de apoio.

No campo político, a batalha continuava em defesa da soberania nacional. Em 24 de janeiro de 2018, era julgado no TRF-4 em Porto Alegre o recurso da ação conhecida como Triplex do Guarujá, onde era réu o ex-presidente Lula, cujo governo havia fortalecido a Eletrobras entre 2002 e 2009, sendo a mesma política de fortalecimento e crescimento seguida pelo governo da presidenta Dilma Rousseff entre 2010 e 2015. O Coletivo Nacional dos Eletricitários reuniu-se na capital gaúcha, em apoio a Lula e para realização do seu planejamento anual focando no Projeto de Lei 9463/18, apresentado dois dias antes, definindo as novas táticas para combater a privatização da Eletrobras. Naquele momento, se discutia os feitos do Coletivo no Congresso Nacional em Brasília, a atuação nas comissões, na redação de emendas, as questões financeiras e jurídicas, de comunicação pensando no próximo período de luta.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi determinada a criação de comissão especial para analisar a matéria, com regime de tramitação de prioridade, tendo sido efetivamente criada em 19 de fevereiro. Em 13 de março, foi designado como relator o deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA). Ao todo, na comissão mista, foram solicitados 51 pedidos de audiência pública, 22 convites para ouvir governadores e ministros de estado, 4 pedidos para realização de seminários, 3 pedidos para prorrogação de prazo, 1 pedido para comitiva para realização de visita e 1 convocação para esclarecimentos por parte do ministro de minas e energia e do presidente da Eletrobras sobre contratação sem licitação.

Em 10 de maio, foi apresentado o parecer do relator, deputado José Carlos Aleluia pela constitucionalidade. Neste parecer, destacou o oferecimento de 304 emendas ao PL9463.

Os principais pontos apontados no relatório tratavam da alteração no estatuto social da empresa com vistas a impedir que qualquer acionista pudesse exercer voto com peso superior a 10%, criação de uma ação de classe especial, para que o governo possa indicar membro adicional no Conselho de Administração da empresa, reestruturação societária para manter sob o controle da União as empresas Itaipu Binacional e Eletronuclear e garantir o programa de revitalização dos recursos hídricos da Bacia do Rio São Francisco.

Foi então estabelecido o prazo para apresentação de emendas substitutivas, contando cinco sessões a partir de 14/5/2018. Nesta fase, foram apresentadas 181 emendas ao substitutivo do PL9463. Em 28 de maio foi apresentado requerimento para prorrogação de prazo, também em 25 de junho, 10 de outubro e 11 de novembro de 2018.

Em 21 de maio de 2018, iniciava a maior greve dos caminhoneiros brasileiros, com duração de 10 dias, tendo contribuído para o enfraquecimento do governo Temer. Esta greve tinha como pedidos principais a luta contra os aumentos dos preços, iniciados a partir de 2016 com a mudança da política de preços da Petrobras, promovida por Pedro Parente, presidente nomeado por Temer para a estatal. Este enfraquecimento foi decisivo para que a luta contra a privatização naquele ano fosse vitoriosa, uma vez que Temer chegou a 5% de aprovação.

Mais uma vez, a luta contra a privatização da Eletrobras foi vencedora, uma vez que o governo Michel Temer, que apresentou o PL9463 deixou o poder em 1º de janeiro de 2019 não tendo conseguido privatizar a Eletrobras como desejava. Outra questão importante a ser ressaltada é que a luta teria novos embates a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente do país, com a indicação de Paulo Guedes para ministro da economia. Em 31 de janeiro de 2019, o relator José Carlos Aleluia deixou de ser membro da comissão especial que analisava o texto.

A terceira tentativa de privatização da Eletrobras ocorreu dentro do governo Bolsonaro, que assumira em 1 de janeiro de 2019 a presidência da República. Durante a campanha, Bolsonaro sinalizara ao mercado financeiro e ao povo brasileiro, a indicação de Paulo Guedes para ministro da economia.

Paulo Guedes é um economista brasileiro, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado na Fundação Getúlio Vargas e com doutorado pela Universidade de Chicago. Durante a ditadura militar, não foi reconhecido em cargo de atuação relevante no Brasil, tendo ido para o Chile, no regime Pinochet observar como atuavam os *Chicago boys* naquele país. Queria fazer no Brasil o que foi realizado no Chile, autonomia do banco central, câmbio flutuante, equilíbrio fiscal e levar a previdência para o regime de capitalização. Foi sócio fundador do banco Pactual (um dos principais interessados na compra da Eletrobras). Seu nome havia sido bem recebido pela mídia brasileira, pelo mercado financeiro, banqueiros e investidores, devido a sua visão

ultraliberal. Após assumir o governo como ministro da economia, Paulo Guedes começa seu plano de tornar a economia brasileira ultraliberal.

A jornalista Miriam Leitão, em artigo seu no jornal O Globo, no dia 25/8/2018 afirmou:

Ao longo da vida pública, o deputado Jair Bolsonaro votou contra todas as propostas de privatização, quebra de monopólio, previdência e até o Plano Real. Votou a favor de privilégios de parlamentares e entrou na carreira política em defesa do soldo de militares e policiais. Nada que nem remotamente lembre a pregação liberal de Paulo Guedes em toda a sua carreira de economista e empreendedor. (LEITÃO, 2018)

Assim que foi decretada a pandemia de Covid-19 no Brasil, quando estavam sendo discutidas formas de retomada dos trabalhos da Câmara dos Deputados, o ministro Paulo Guedes enviou uma lista de prioridades, onde a Privatização da Eletrobras aparecia como prioridade. Em 2 de janeiro de 2019, Bolsonaro indica Bento Albuquerque para ministro de Minas e Energia, e no seu primeiro pronunciamento diz: “vamos dar prosseguimento ao processo de capitalização da Eletrobras e para capitanear o processo, manteremos o presidente da empresa, Wilson Pinto Júnior.”

A resistência continuava no Congresso Nacional. Foi realizada sessão solene pelo 62º aniversário da subsidiária Furnas no auditório principal da Câmara dos Deputados e em 19 de junho, foi comemorado o aniversário da subsidiária Eletronorte, desta vez, no salão nobre do Senado Federal, ambos os eventos com objetivo de angariar apoio na resistência contra a privatização da Eletrobras, tendo sido realizadas várias falas contra o processo de privatização.

Foi então, em 5 de novembro de 2019, com o envio pelo governo Bolsonaro à câmara dos deputado do Projeto de Lei 5877/19, que iniciava novo embate contra a privatização da Eletrobras no Brasil. O PL 5877/19 repetia o conteúdo da MP814/17 e do PL9463/18 com poucas alterações, mas no campo simbólico, tratava-se de um projeto de desestatização legitimado pelas urnas, após a eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil. Bolsonaro queria um projeto seu de privatização da Eletrobras, mesmo que aproveitando os textos anteriores.

O PL5877/19, porém, sem acordo com o congresso nacional, o projeto ficou aguardando despacho do presidente da casa, Rodrigo Maia durante todo o ano de 2019 e 2020. Tratava-se de mais uma vitória política na luta contra a privatização da Eletrobras.

Aqui precisamos destacar o cenário político que se alterava na câmara dos deputados no ano de 2020 e 2021. Arthur Lira, foi eleito presidente da câmara dos deputados em 2 de fevereiro de 2021 em primeiro turno, sucedendo Rodrigo Maia. A votação foi de 302 votos, 46 a mais do que o necessário para vencer a eleição. O partido de Arthur Lira é o PP, partido mais investigado por corrupção e mesmo partido de Bolsonaro antes de sair para o PSL e se tornar presidente do Brasil. Os dois presidentes, portanto são oriundos do chamado Centrão, com caráter fisiológico e com histórico de corrupção e acordos para obtenção de vantagens políticas e financeiras nas ocupações de cargos.

Eleito por um bloco formado por 11 partidos (PSL, PSD, PL, Republicanos, PP, PSC, PTB, Pros, Patriota, Avante e Podemos), tomou posse logo após eleito, prometendo ouvir todos os lados. Afirmou que era necessário ouvir os empresários para pactuar as reformas de forma transparente. Já no primeiro ato, revogou o bloco partidário de Baleia Rossi, alegando fora do prazo o pedido dos partidos que integravam o bloco para adesão à candidatura. Os partidos alegaram problemas técnicos na inscrição. Determinou à Secretaria Geral da Mesa o recálculo da distribuição dos cargos, sem considerar as candidaturas indicadas pelo bloco de Rossi. Iniciava assim, uma nova legislatura com um presidente da república eleito pelo voto popular, um presidente da câmara eleito por ampla maioria, sem oposição na mesa diretora e um ministro da economia oriundo da escola de Chicago, com ideologia ultraliberal.

É preciso pontuar o cenário em que se encontrava o Brasil a partir de 2019, quando o país foi acometido pela pandemia de Covid-19, uma síndrome respiratória transmitida de forma rápida e com alta taxa de mortalidade. Naquele momento, não se sabia precisamente como a doença era transmitida. Aliado a isso, houve uma campanha de desinformação promovida pelo presidente da república, que desorientou seus seguidores e impediu a eficácia do combate à doença no Brasil. O presidente Bolsonaro se colocou contrário às vacinas, ao uso de máscaras e ao isolamento social, capaz de conter a pandemia que se alastrava e deixava um rastro de morte e terror no povo. Cabe destacar, que a vacinação em massa no Brasil somente iniciou após abertura de CPI da Covid, no senado federal para apurar as responsabilidades pela ineficiência brasileira no combate à pandemia.

Foi então realizada uma alteração importante no ano de 2020 no Congresso Nacional. Foi a instituição do rito sumário a partir de um acordo entre câmara dos

deputados e senado federal para votação de medias provisórias durante a pandemia de Covid-19. Desta forma, as MPs, deixaram de ter a obrigatoriedade de passar pelas comissões, devido a ausência de votação remota para elas. Passou então a ser adotado o prazo de 2 dias úteis após a publicação do texto original para apresentação de emendas, votação remota, até o 9º dia de vigência da MP, com votação no senado até o 14 dia de vigência da MP, com alterações realizadas pelo senado devendo ser apreciadas pela câmara em até 2 dias úteis. Estas regras prevaleceriam durante toda a emergência da pandemia de Covid-19.

No final de 2019 e início de 2020, o Coletivo Nacional dos Eletricitários, realizou planejamento da sua comunicação para enfrentar a luta a partir de 2020. Foi pensada a marca Salve a Energia pelo Futuro do Brasil, com o objetivo de melhor dialogar com a população, levando as informações sobre a realidade da privatização da Eletrobras e seus malefícios para o povo brasileiro.

Neste cenário foi que iniciou a batalha contra a quarta e última tentativa de privatização da Eletrobras. O Coletivo Nacional dos Eletricitários reuniu-se em Brasília em 13 de janeiro de 2021, planejando assim as ações de resistência ao processo de privatização daquele ano. No dia 23 de fevereiro de 2021 o governo Bolsonaro editou a Medida Provisória 1031/21. O texto tratava da desestatização da Eletrobras por diluição do controle acionário da União, que se daria pelo aumento do capital da empresa e oferta pública das ações, estando o governo impedido de participar. Este impedimento de participação faria com que o governo reduzisse sua participação na empresa de 60,43% para 45%.

A Medida Provisória passou a valer pelo prazo de sessenta dias, até o dia 23/4/2021 quando foi prorrogada automaticamente por mais sessenta dias até o dia 22/6/2021. Cabe ressaltar que as Medidas Provisórias perdem seus efeitos se não votadas dentro do prazo.

Outro fato importante durante a tramitação da MP 1031/21 foi a alteração do regimento da câmara dos deputados. Em 4 de maio de 2021, foi protocolado projeto de resolução por líderes de 15 partidos aliados de Bolsonaro para restringir a possibilidade de oposição na casa. O projeto limitava de três para um a quantidade de requerimentos por sessão para retirada de um ponto de pauta ou pedido de adiamento, aumentar o prazo de discussão de cinco horas para prazo indefinido, limitava a cinco minutos por semana para

os partidos que não superam a cláusula de desempenho, limitava de um minuto para trinta segundos o tempo de orientação dos partidos. Impedia o pedido de nova votação nominal pelos partidos, impedia acordos dos partidos menores para que pudessem pedir votação nominal, votação em bloco das emendas apresentadas pelos partidos, para aprovação e rejeição. Tais medidas diminuíram a força da oposição na câmara dos deputados já no início da legislatura. O texto com as alterações foi aprovado dia 12 de maio de 2021 e passou a valer a partir do dia seguinte.

Na quarta-feira dia 19 de maio de 2021, a Medida Provisória 1031/21 foi votada na câmara dos deputados, tendo sido aprovada por trezentos e treze (313) votos favoráveis, cento e sessenta e seis (166) votos contrários e cinco (5) abstenções. Após ter sido aprovada na câmara, a MP1031/21 passou a tramitar no senado sob a numeração Projeto de Lei de Conversão PLV 7/2021. Em 16/6/2021 a MP1031 foi aprovada no senado por 42 votos a favor, 27 contrários. No dia da votação, os eletricitários engajados na luta, juntamente com movimentos sociais, atingiram a marca de 170 mil tuítes na rede social Twitter. Este foi o auge de um processo de formação e compreensão da importância desta ferramenta como forma de denúncia. Até então, a campanha Salve a Energia havia promovido mais de 20 tuitos, partindo de 4,5 mil tuítes no primeiro chegando ao auge no dia da votação da MP1031/21.

Durante a tramitação no senado, os eletricitários da Eletrobras entraram novamente em greve que durou três dias. Em 19/5/2021 o PLV 7/2021 (MPV 1031/21) foi aprovado na câmara dos deputados, por 297 favoráveis, 143 votos contrários e 3 abstenções em um total de 443 votos, sendo convertido em lei e numerada como PL14.183/21.

Uma pausa para explicar os Jabutis da Privatização da Eletrobras. O provérbio popular “jabuti não sobe em árvore”, nos dá a dimensão de algo fora do lugar, quando, por exemplo, se enxerga um jabuti em cima de uma árvore. A palavra Jabuti, desta forma, é utilizada na linguagem parlamentar brasileira para descrever um dispositivo, um parágrafo ou artigo que não tem relação com o objeto de uma lei, mas que é introduzido no meio dela para, quando aprovada, que o mesmo seja também aprovado.

A partir desta visão, podemos compreender os jabutis da privatização da Eletrobras, como sendo os dispositivos inseridos na lei de desestatização, mas que não tinham relação com o objeto principal. Como exemplo dos jabutis, foram introduzidos na

MP1031/21, a contratação de R\$ 8 bilhões em usinas térmicas a gás em localidades onde não existe gás. Para que estes projetos sejam viabilizados, o governo deverá licitar os gasodutos, que serão pagos na tarifa de energia elétrica das concessões, ou seja, o empreendimento, os gasodutos e a energia elétrica, serão todos pagos pelo povo brasileiro na conta de luz. Ocorre que, durante a aprovação no senado federal, o governo Bolsonaro ofereceu aos senadores a construção de usinas a gás nos seus estados, para facilitar a aprovação.

5 CONCLUSÃO

O processo de luta contra a privatização da Eletrobras, iniciado em 2016, teve papel importante de esclarecimento e conscientização do povo brasileiro sobre a importância de se estabelecer o controle sobre os recursos energéticos do país. Também promoveu um forte debate sobre o modelo de setor elétrico e a resistência à privatização da empresa, formou massa crítica sobre os diversos problemas existentes na nossa matriz energética e no modelo do setor. Também foi determinante para o atraso do processo de privatização, tendo a luta ocorrida ao longo dos seis anos desde 2016 a 2022 quando ocorreu o leilão das ações da Eletrobras.

A luta contra a privatização das distribuidoras, privatizadas em 2017, foi decisiva para a resistência promovida no Congresso Nacional com a participação do Coletivo Nacional dos Eletricitários, através da construção das Frentes Parlamentares e mobilização dos dirigentes sindicais em nível nacional para a defesa do setor elétrico. Ao todo, entre 2016 e 2022 foram realizadas mais de 500 audiências públicas em todos os estados da federação, provocadas pelos eletricitários como forma de resistência ao processo de privatização.

Durante os anos que se passaram, o Coletivo Nacional dos Eletricitários estando à frente da luta contra a privatização da Eletrobras, desenvolveu diversas táticas para impedir que o processo ocorresse. Este processo de luta, não só atrasou a privatização da Eletrobras, como atrasou também o processo de privatização de outras empresas que estavam na mira do governo federal. Este pretendia privatizar além da Eletrobras, a Petrobras, os Correios, dos Bancos Públicos como a Caixa Econômica Federal e Banco do

Brasil, os Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e Empresa de Processamento de Dados e Previdência Social (DATAPREV). Assim, a luta contra a privatização da Eletrobras manteve distante os planos do governo de colocar em votação as demais privatizações, somando-se ao fato das lutas dos demais setores.

A partir deste estudo, é conclusivo também a necessidade de rever o modelo do setor elétrico brasileiro, onde a energia elétrica precisa ser considerada como um produto não comercializável, sendo as usinas, empreendimentos e demais estruturas, remuneradas pelo custo de produção e não com a incidência de agentes atravessadores e de lucratividade nos empreendimentos. Esta política deve ser implementada para que possamos desenvolver o país, de forma sustentável, econômica e socialmente.

Durante estes anos de luta, houve a intensa mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobras, tendo sido promovidas diversas atividades com ampla participação e conscientização a respeito da importância da Eletrobras Pública para o povo brasileiro, do papel das empresas estatais e do seu papel enquanto trabalhadores e trabalhadoras a serviço do país. Este acúmulo de luta, de conscientização de garra e engajamento, foi fundamental para a decisão de continuidade do processo, tendo sido todo esforço transportado para a luta pela reestatização da Eletrobras, do setor elétrico brasileiro e por um novo modelo energético nacional, que privilegie o povo brasileiro, verdadeiro dono de tudo que foi construído pelos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras ao longo dos seus 60 anos de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO estatístico de energia elétrica. Rio de Janeiro. P. 244, 2011.

ANTESANA, Fabíola, entrevista pessoal, 2022.

COSTA, Victor, entrevista pessoal, 2022

Balanco Anual de Energia

<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/BEN-Series-Historicas-Completas>

FIESP, Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/sindilux/noticias/fiesp-calcula-conta-de-r-460-bilhoes-em-30-anos-se-privatizacao-da-elektrobras-for-malconduzida/> Acesso em: 01/7/2022.

Geração e Transmissão - leilões

<https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-contudos/relatorios-e-indicadores/leiloes>

Leilões e editais

https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes_liferay/editais_geracao/edital_geracao.cfm

Governos do PT – Um legado para o futuro (fundação perseu abramo).

MERCADANTE, A., ZERO, M. (org.). **Governos do PT**: um legado para o futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MACHADO, Carlos. Salve a Eletrobras, Salve a Energia, Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=w2O2xjiXL0E&t=2049s> Acesso em: 01/7/2022

MEIRELES, Henrique. Governo prevê arrecadar até R\$ 30 bilhões com privatizações em 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1788211-governo-preve-arrecadar-ate-r-30-bilhoes-com-privatizacoes-em-2017.shtml> Acesso em: 01/7/2022

Medida Provisória nº 814, de 2017 Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132068> Acesso em: 01/7/2022

Medida Provisória nº 814, de 2017 Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132068> Acesso em: 01/7/2022

Medida Provisória 1031, de 2021 Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/146740> Acesso em: 01/7/2022

Medida Provisória nº 814, de 2017 Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/132068> Acesso em: 01/7/2022

O PLANEJAMENTO e o futuro do setor elétrico brasileiro. Disponível em:

<https://jornalggn.com.br/desenvolvimento/o-planejamento-e-o-futuro-do-setor-eletrico-brasileiro-0/>. Acesso em: 01/7/2022.

Projeto de Lei 9463, de 2018 Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167572> Acesso em: 01/7/2022

Projeto de Lei 5877, de 2019 Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228666> Acesso em: 01/7/2022

Resultado dos Leilões de Geração no Ambiente Regulado, Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYmMzN2Y0NGMtYjEyNy00OTNlLW11YzctZjI0ZTUwMDg5ODE3IiwidCI6IjR9QwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOiR9> Acesso em: 01/7/2022

SAMPAIO, M. M. B. Da privatização ao apagão. São Paulo: Insular, 2021.

TEMER, Michel. Radar TVeja: Temer manda privatizar geral. VEJA. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/radar-tveja-temer-manda-privatizar-geral/> Acesso em: 01/7/2022. Acesso em: 01/7/2022

Lei LEI Nº 14.182, DE 12 DE JULHO DE 2021 Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/34276459/publicacao/34277579> Acesso em: 01/7/2022

VAINER, V., VIEIRA, F. Manual dos Atingidos por barragem. Rio de Janeiro: Fundação Ford, ano. 43p.